

Eleição democrática

O processo de escolha de Reitor(a) na USP é único no gênero. Em uma consulta inicial, da qual participam cerca de 2% da comunidade universitária, são escolhidos oito nomes, necessariamente professores titulares. Esse primeiro turno, por si só, já é muito frágil, não apenas pela pequena participação da comunidade como também pelo fato de que raramente existem mais do que oito candidatos. Além disso, cada um dos eleitores pode votar em até três nomes, o que dificulta a aferição da vontade.

Há, depois, um segundo turno, que restringe os candidatos aos oito nomes indicados no primeiro turno e, ainda que possa parecer absurdo, reduz também os eleitores: agora, bem menos do que 1% da comunidade acadêmica pode votar. Mas não acaba aí: esse segundo turno não indica o reitor, apenas escolhe três entre os oito nomes definidos anteriormente.

Finalmente, há um terceiro turno com apenas três candidatos e um único gran-

de eleitor, o Governador, que escolhe o vencedor final.

Esse processo sucessório, além de não democrático (talvez a USP seja a menos democrática entre todas as universidades públicas brasileiras), é absolutamente estranho, pois a cada turno se reduzem os eleitores! Além disso, o processo deixa margem a muitas manipulações, coisa indesejável em processos eleitorais. Por exemplo, a multiplicidade de votos a que cada eleitor tem direito faz com que se torne prática comum grupos próximos a um candidato votarem nele, ao mesmo tempo em que “descarregam” votos em alguém que seja inaceitável ao grande eleitor, o Governador, tentando assim excluir da lista tríplice um possível real concorrente.

Além das restrições ao direito de voto e ao direito à candidatura, outro aspecto bastante não democrático na USP é o fato de que grande parte dos eleitores — os diretores e vice-diretores — foram escolhidos pelo reitor

cujos mandatos estão acabando, dando-lhe, assim, enorme peso na definição de seu sucessor. Finalmente, a escolha definitiva feita pelo Governador a partir da lista tríplice é um desrespeito à comunidade acadêmica, que parece incapaz de decidir, autonomamente, que pessoa dirigirá a universidade.

Lista tríplice

Os diversos processos eleitorais anteriores na USP mostraram que não necessariamente o mais desejado vence, nem que o mais rejeitado perde! Mais do que isso, todo esse processo tem servido apenas para elaborar uma lista tríplice encabeçada, na maioria dos casos, pelo candidato preferido do Governador e seus aliados. Esse fato é corroborado, em geral, quando analisamos a atuação de grande parte daqueles que foram reitores da universidade: cumprem sua gestão desempenhando um papel semelhante àquela desempenhada por um secretário do governo estadual;

exemplo recente foi o silêncio condescendente da Reitoria face ao ataque à autonomia universitária perpetrado pelo governador Serra no primeiro semestre de 2007; não fosse o movimento organizado por parte dos funcionários, estudantes e docentes, a vida acadêmica das três universidades estaduais estaria muito mais à mercê das investidas do governo estadual. Esse comportamento é incompatível com o que mais se espera de um reitor: um profundo compromisso acadêmico, com autonomia em relação ao Governo estadual. Em particular, o Reitor ou Reitora deveria representar a Universidade junto ao governador e não o contrário.

Constituiu-se assim, na USP, um processo de escolha de dirigentes antidemocrático, capaz de desagradar à maioria das pessoas na maior parte do tempo.

Eleição democrática

Para que a comunidade possa manifestar sua vontade,

a Adusp, por decisão de sua Assembléia, organizará uma eleição democrática para reitor no qual os docentes poderão expressar sua preferência, votando em apenas um nome entre todos os que se declararam candidatos.

O processo de eleição será precedido de debates entre os candidatos, organizados pela Adusp nos campi da capital e do interior. Espera-se que nesses debates os candidatos apresentem seus programas, exponham suas idéias e discutam com os eleitores, como se deve fazer em um processo eleitoral democrático e transparente. A Adusp defenderá que o candidato, eleito democraticamente seja o Reitor da Universidade.

Embora o Sintusp tenha decidido não participar, a diretoria da Adusp, por deliberação de sua Assembléia, manterá contatos com as entidades representativas dos estudantes de graduação e de pós-graduação, DCE e APG, respectivamente, visando promover com elas essa eleição democrática para reitor.

DEBATE ENTRE OS CANDIDATOS A REITOR



24/9, 5ª-feira, às 17h, no auditório do Oceanográfico

TEMAS

Ensino, Pesquisa e Extensão • Permanência Estudantil • Carreira na USP
Terceirização de Serviços • Fundações • Avaliação • Educação a Distância

Poder, estatuto e Univesp em debate no ICB

Daniel Garcia

Estrutura de poder na USP, reforma do Estatuto, Univesp e questões de urbanismo e meio ambiente relacionadas aos *campi* foram os principais temas debatidos por oito candidatos a reitor(a) no ICB, em 17/9 (foto ao lado). Depois da apresentação inicial, todos eles responderam a seis perguntas, sorteadas entre as que foram previamente encaminhadas ao ICB.

Primeiro a apresentar seu programa, o professor Armando Corbani (IF) enfatizou a importância de se “determinar efetivamente o que se chama autonomia universitária”, diante do que considera ser “uma ação muito severa do Ministério Público, de órgãos controladores do Estado”, que estaria provocando “uma restrição bastante grande” ao desenvolvimento da USP.

“Devíamos criar um comitê gestor para tratar de duas frentes: uma junto ao Ministério Público para tentar explicitar o que a universidade entende por sua autonomia administrativa, porque a parte financeira deve ser tratada de outra maneira, junto com a Assembléia Legislativa” e outra junto ao Cruesp. Também apontou a necessidade de uma reflexão sobre a graduação: “Os cursos estão engessados, extremamente profissionalizados e focados em áreas muito específicas”. Corbani defendeu a valorização do ensino, “relegado quase a um segundo plano”.

Wanderley Messias (FFLCH) afirmou que o foco de sua plataforma é a qualidade da gestão administrativa, acadêmica e política da universidade, pois entende que aí se encontram “os principais gargalos e desafios” tanto do ponto de vista de uma estratégia de longo prazo quanto de curto prazo. Como uma das “causas principais desses gargalos”, “pontos de satura-

ção”, Messias cita “o fato de que poucos se dão conta de que quase dobramos de tamanho nos últimos 20 anos na graduação”, como também na pós-graduação. A USP foi induzida a esse crescimento, mas sem planejamento.

“Isso cria distorções na qualidade da graduação, cria a fadiga do material, a começar dos recursos humanos, basta olharmos uns para os outros para sentirmos onde essa fadiga mais atinge: somos nós”. Acrescentou que a produtividade científica também dobrou, na média. Observou que o número de docentes e de funcionários não sofreu alteração expressiva no período, pouco mais de 5 mil e de 15 mil respectivamente: “Cabe uma pergunta singela: ou nós trabalhávamos muito pouco 20 anos atrás, ou nós estamos trabalhando demais hoje. É preciso que o reitor lidere um movimento pela revalorização dos recursos humanos”. Para tanto, “é preciso reconquistarmos a autonomia que tínhamos dentro do Cruesp”.

“Estatuante”

O professor Francisco Miraglia (IME) destacou a necessidade de democratização da estrutura de poder, com descentralização e autonomia. “Em particular, a escolha de diretores deve se encerrar nas unidades, se possível com eleição direta com a participação da comunidade, e sem listas tríplexes enviadas para a Reitoria”, disse. “Não tem que ter lista tríplex nem para reitor, em relação ao Governador, porque isso interfere na autonomia da universidade. É preciso caminhar em direção a uma Estatuante que seja exclusiva, no sentido de reescrever e rediscutir o Estatuto da universidade como um todo, em vez de fazer pedacinho por pedacinho”. Para tanto, seria preciso levar em conta “o aparato jurídico-legal no qual a



universidade está inserida, afinal de contas o Conselho Universitário é hoje quem decide”. Uma negociação política determinaria “a possibilidade de delegação disso a uma Estatuante”.

Miraglia também defendeu que a Reitoria contemple “com absoluto respeito” a diversidade das áreas, do ponto de vista da produção acadêmica e do trabalho acadêmico: “Não é possível tratar do mesmo modo as áreas experimentais, ou a filosofia, ou as ciências sociais, ou a matemática, ou a biologia. Há diferenças que precisam ser respeitadas”.

A autonomia foi o tema principal do professor João Grandino Rodas (FD): “Um aspecto importantíssimo da autonomia universitária, que é muito mais ampla do que simplesmente a autonomia financeira, está na Constituição, no artigo 207, e precisa ser formulado na prática. Essa formulação não se faz numa única lei, mas pela participação de um órgão do pensamento jurídico da universidade, que seria a Coordenadoria Jurídica, que estaria justamente seguindo as leis, a jurisprudência, e podendo sugerir como é que aos poucos, nas variadas leis, essa autonomia da universidade pudesse

ser colocada, para evitar que haja condenações a posteriori e não se possa fazer nada, porque não há lei que preveja esta autonomia”.

Rodas também apontou a necessidade de se reequilibrarem as relações entre a Reitoria e as 40 unidades de ensino: “É importante fazer com que os aspectos centrais da Reitoria, de controle da questão acadêmica, da questão financeira, da questão contábil, existam e sejam obviamente firmes, para que se dê o toque de que existe uma universidade. Entretanto, quem faz a política direta não é a Reitoria, são as unidades, que fazem o ensino, a pesquisa e a difusão. É importante que se reequilibrem as forças e se dê às unidades a possibilidade, inclusive orçamentária, de tratar um número maior de coisas do que o fazem”.

“Missão”

O professor Glaucius Oliva (IFSC) destacou o tema do planejamento: “É preciso, de forma conjunta, pensarmos o futuro e definirmos e encontrarmos o porto onde queremos chegar. A universidade tem uma missão dentro do sistema de ensino superior e de ciência e tecnologia do Estado, e essa missão é de excelência. Esse é um papel que só a

USP, com outras grandes universidades brasileiras, pode desempenhar. Com esta visão de futuro, pode-se então detalhar quais são as atividades de todas as áreas de atuação, na graduação, na pós-graduação, na pesquisa, na extensão, que devem ser realizadas de forma alinhada com essa visão de futuro”.

A universidade tem se debruçado sobre a questão, lembrou Oliva. “Não tínhamos a prática do planejamento como uma prática de gestão. Nos últimos dois anos a universidade criou uma comissão de planejamento, da qual tive a honra de poder participar”. Para ele, a universidade no mundo “passa por grandes transformações e por uma crise de legitimidade”.

Sônia Penin (FE) externou a avaliação de que a USP vive uma situação paradoxal: “Por um lado ela aparece como excelência em várias avaliações internacionais, e num momento de greves, que se sucedem, inclusive cada vez mais violentas, nesta última com a questão da presença policial, incomoda a toda a população e mostra enfraquecimento interno, dessa que é uma universidade com tantos ganhos em termos in-

ternacionais e mesmo nacionais. Esse paradoxo é que incomoda: por que, com tanta excelência, nós não conseguimos uma forma de organizar melhor toda a comunidade interna da USP?” A missão da instituição, disse, é não só o ensino, mas a formação de profissionais.

Para lidar com a complexidade das tarefas que cabem à USP, Sônia propõe um “mapa de polaridades”, cujo primeiro eixo é a excelência com inclusão social. O outro eixo é o da autonomia universitária, “total, e que tem a responsabilidade social como o seu limite”. Ela criticou a noção de excelência posta em circulação: “Esses *rankings* colocam as questões em termos de inovação acadêmica apenas. Quanto dessa excelência realmente está sendo distribuída, para os outros níveis de escolarização por exemplo?”

“Guardião”

O professor Ruy Altafim (EESC) acredita que a USP vive um “momento ímpar, que deve ter continuidade”. “O Reitor é o guardião da nossa autonomia. Tenho vontade política para abordar os grandes temas da nossa universidade, e um grande respeito, porque da própria universidade as soluções emanam, e são as melhores soluções quando muitos pensam e participam”. Na sua opinião, a infraestrutura está deteriorada, pois “faltam espaços, recursos humanos, fontes de fi-

nanciamento”.

“Universidade de classe mundial é cara”, disse Altafim. Para ele, é preciso valorizar de forma equânime pesquisa, ensino e extensão. “A extensão é mal compreendida e mal conceituada, tenho procurado defendê-la”. “A sociedade, externa e interna, precisa ser ouvida”.

O professor Silvio Sawaya (FAU) criticou a atual organização política da USP: “Uma estrutura de conciliação de 75 anos, estabelecida como um senado, que permite aglutinar uma federação de unidades memoráveis e importantes. É uma conciliação que permitiu, sobre este senado, gerar-se uma estrutura central administrativa e que precisa ser construtora dessa universidade, que é a Reitoria. Que cresce pouquinho a pouquinho, em [19]68 assume mais poder, e que hoje detém uma enorme concentração de poder”.

Ele propôs “rever a conciliação senatorial, criando bases para uma representação de todos nesta universidade: todas as categorias, todos os três setores: estudantes, professores e funcionários, permitindo que a atividade se dê distribuída”. O modelo sugerido é o de “uma administração que, espacialmente e funcionalmente, se distribui em cinco *campi*, em cinco grandes regiões, cada uma com seu vice-reitor. Portanto, o cotidiano da USP pára nessas vice-reitorias. E o reitor assu-

me um grau acima, com esse estafe de vice-reitores, com os pró-reitores ele cria um comitê político, estratégico, de compreensão das necessidades, antecipação dos problemas”.

“Irritado”

O único momento de alteração ocorreu nas respostas a uma pergunta sobre reforma da carreira e estrutura de poder. “Fico muito irritado quando se fala que não tem democracia, e também fico muito irritado quando se demoniza o professor titular”, declarou o professor Oliva, que atuou na comissão responsável pela reforma, em resposta às críticas do professor Miraglia. “Recebemos mais de 500 sugestões”, acrescentou Oliva. “Não havia uma demanda por uma transformação do Estatuto inteiro”.

“A mudança na carreira tem provocado manifestações de repúdio. Não contribui para a evolução do trabalho acadêmico”, apontara Miraglia. “Quem exerce o poder não pode determinar como ele deve ser exercido. Não tenho receio daqueles que fazem a universidade”, disse, censurando a marginalização política a que foram relegados os estudantes e funcionários na USP. Ele assinalou o enfraquecimento dos colegiados, na medida inversa ao fortalecimento da Reitoria: “As congregações não dão quórum, porque não decidem nada”.

O professor Sawaya também mencionou o excessivo poder dos professores titulares: “Mudança do Estatuto tem a ver com a eliminação do privilégio dos titulares”, assinalou. “Rever o Estatuto é a primeira tarefa de qualquer reitor”, avalia a professora Sônia.

“A democratização deve ser prioridade do próximo reitor”, acredita o professor Messias, para quem o reitor deve “empregar sua liderança intrínseca” para levar adiante um processo estatuinte. Por outro lado, ele se opôs à proposta de eleições paritárias para reitor.

“Não vejo como necessário, como possível, em curto espaço de tempo, [realizar] eleições paritárias”, disse o professor Rodas (FD). Miraglia, após esclarecer em que consiste a eleição paritária, defendeu-a observando que é “a proposta clássica” dos movimentos universitários.

Altafim declarou-se favorável a uma “revisão de nossa estrutura de poder, que os colegiados decidirão”, mas advertiu: “A reforma do Estatuto [em curso] continuará”. Indagou: “Será que o nosso sistema é tão ruim assim, se em 75 anos ultrapassamos tantas universidades no mundo?”

Corbani considera que é preciso superar o que chama de “completa falta de engajamento” dos docentes, funcionários e estudantes. “Democratização significa darmos condições para que toda a comunidade universitária resol-

va seus desígnios. Ampliar a representação, mas ampliar espaços também”.

Univesp

A maioria dos candidatos pronunciou-se favoravelmente ao projeto Univesp e ao ensino à distância (EàD). A afirmação mais polêmica foi de Altafim: “Que o aluno de graduação seja Univesp e não o aluno da Univesp com diploma USP”. Foi contestado por Sawaya: “Não podemos embarcar na posição de que o diploma USP seja exclusivo de quem faz ensino presencial”. Também para este, “não participar da Univesp é ficar para trás”.

Messias reconheceu a relevância do EàD, citou o exemplo de Nelson Mandela, que se tornou advogado graças à Open University, mas sustentou a necessidade de “prudência” diante da questão: “Isso explodiu no setor privado e se vulgarizou, as maiores vítimas são os estudantes carentes. A gente tem que ter um olhar crítico sobre isso”.

Miraglia defendeu o ensino presencial na formação inicial superior: “O ensino presencial é absolutamente fundamental na formação básica, permitindo a convivência dos estudantes com os colegas, o acesso direto aos professores, às bibliotecas”. Ele propôs a realização de uma discussão “ampla, aprofundada, generalizada” sobre a questão do EàD, antes da implantação de qualquer projeto.

Deliberações da Assembléia da Adusp de 10/9/09

Sucessão do Reitor

A Assembléia discutiu e detalhou deliberação de assembléia anterior que havia aprovado a realização de uma votação direta para Reitor:

1. o processo que realizaremos será chamado de Votação ou Eleição Democrática para Reitor;
2. serão considerados candidatos, para efeito dessa votação, todos os que assim se declararem até a data de realização do primeiro debate, 24/9;
3. a diretoria da Adusp deve continuar se reunindo com as entidades representativas de funcionários e estudantes, visando realizar esse processo conjuntamente;

4. a Adusp disponibilizará, para os candidatos que solicitarem, dois conjuntos de etiquetas com nomes e departamentos dos professores, com o objetivo de facilitar a divulgação dos programas para reitor;

5. a Adusp publicará edição especial do *Informativo Adusp*, contendo as respostas dos candidatos a questões sobre os temas: Função da Universidade, Estrutura de Poder e Estatuinte, Carreira Docente, Ensino à Distância e Univesp, Ação do Gatilho, Presença da Polícia Militar no Campus, Condições de Trabalho.

6. Calendário de debates e votação:

- 24/09: 1º debate no campus do Butantã
- semana de 05/10: debates nos *campi* do Interior
- 13/10: 2º debate no *campus* do Butantã
- 14 e 15/10: votação democrática para reitor.

Ação do Gatilho

A Assembléia decidiu solicitar uma audiência da Reitora com todos os interessados para reivindicar o cumprimento da decisão judicial referente a ação do Gatilho, preferencialmente na semana de 5/10/09.

Invasão do campus pela PM foi tema polêmico na FFLCH

O debate entre candidatos à reitoria realizado pela Congregação da FFLCH na tarde de quinta-feira (17/09), logo após o debate no ICB, trouxe alguns temas novos à discussão. Criminalização dos movimentos de funcionários e estudantes e ação policial no campus se somaram a temas como reforma da carreira docente, democratização e Univesp, já debatidos pela manhã.

O evento foi dividido em duas partes, a primeira com a presença dos candidatos Grandino Rodas, Armando Corbani, Sônia Penin e Ruy Altafim; a segunda com a participação de Glaucius Oliva, Wanderley Messias, Silvio Sawaya, Francisco Miraglia e o “anti-candidato” Chico de Oliveira (FFLCH). Quatro perguntas, formuladas previamente por docentes, e outras sete, elaboradas durante o debate por membros da Congregação, foram apresentadas em ambos os blocos.

“Vir ou não a polícia no campus não é uma responsabilidade do reitor, é uma responsabilidade de toda a comunidade universitária para que os atos de violência não requeiram o que a sociedade criou como instrumento para resolução de conflitos”, disse Oliva ao responder a perguntas sobre a criminalização do movimento social e a entrada da PM no campus.



Manifestação “relâmpago” de estudantes

Sawaya, por seu turno, explicou por que apoiou a reitora durante a crise de junho de 2009: “Se durante a gestão dessa reitora nós tivemos que apoiá-la, inclusive quando resolveu chamar a polícia, havia uma consciência clara, pelo menos para mim e alguns colegas, de que era difícil com a reitora, mas seria pior sem ela. A polícia entra no campus solicitada por qualquer dirigente que se sintasse cerceado no exercício do seu posto. Isso está no código administrativo e está apoiado na Constituição. Então não dá para dizer que a polícia não entra, depende de uma infinidade de ações. Mas Silvio Sawaya, uma vez reitor (...), se compromete a não chamar a polícia”.

“Aqui não houve vencidos nem vencedores, a USP perdeu. Não soubemos tratar o

assunto”, declarou Altafim. “Mas aprendemos como é a nossa polícia, como que ela age com a sociedade. O favelado está sofrendo isso. Então devemos estar preparados, enfrentando esse problema, essa temática, e extraindo posições positivas”.

Sônia Penin, porém, criticou a autorização dada à PM, pois “quando a polícia entra, o reitor sai”. A candidata acredita que os conflitos da universidade devem ser resolvidos dentro da própria instituição. Corbani também acredita que a força policial nunca é solução: “O diálogo deve prevalecer sempre”.

“Isso [recorrer à polícia] não devia ser admitido na universidade”, declarou Chico de Oliveira. “A universidade criou-se no mundo moderno e expandiu-se na direção contrária ao arbítrio, à religião úni-



Fotos: Daniel Garcia

Aspecto do 1º bloco de debates na Congregação

ca e dogmática sobre todos. Portanto, abdicar dessa missão civilizatória da universidade já é abdicar dela”.

Diretas já?

O fim da primeira parte do debate foi marcado por um protesto de estudantes, que estenderam faixas atrás da mesa onde se lia “Democracia na USP já”, “Estatuinte já” e “Queremos votar para reitor”. Alguns dos professores presentes bateram palmas.

“O processo eleitoral na USP é profundamente anti-republicano. As pessoas querem que suas opiniões sejam ouvidas, elas querem que sejam construídos processos pelos quais elas se tornem sujeitos da história desta instituição. Elas têm o direito de fazer isso, porque é a partir do trabalho delas — estudantes, professores e

funcionários — que esta universidade é construída. E essa é uma discussão que deve ser feita com o corpo da universidade”, acredita Miraglia.

Chico de Oliveira procurou esclarecer o sentido de sua anti-candidatura, afirmando que a estrutura de poder da USP imobiliza os reitores. Citou que algumas grandes unidades estão alheias aos problemas da universidade e atacou a presença de fundações privadas que manejam verbas sem o devido controle público. “Não é possível governar a universidade nesse cenário”, disse. Ele defendeu eleições diretas e universais para reitor.

“A eleição de reitor deve ir ao limite da LDB”, defendeu Corbani. A Lei de Diretrizes e Bases prevê colegiados com 70% de docentes, 15% de funcionários e 15% de professores. Rodas entende que a LDB deve ser um parâmetro inicial no processo de democratização: “Num primeiro momento devemos chegar aos níveis da LDB, e assim prosseguiríamos rumo ao ideal”. Messias elogiou as universidades federais que passaram por um processo de democratização, citando o modelo em que todos votam, depois os votos são ponderados com base nos parâmetros da LDB.

Carreira: Reitora, outra vez, impede que Co discuta petição

No final do fechamento do *Informativo Adusp*, recebemos a resposta da Reitoria à nossa petição de anulação da deliberação do Co de 4/3. Com base em parecer da Consultoria Jurídica (CJ), a reitora não acolhe o pedido, “uma vez

que as questões apresentadas se encontram sub judice, devendo, pois, aguardar-se o pronunciamento do Poder Judiciário”. Na próxima edição publicaremos um comentário analítico do parecer da CJ.

Gatilho: Adusp solicita audiência à Reitora

Cumprindo deliberação da assembléia de 10/9, que acatou sugestão da reunião de esclarecimentos de 3/9, enviamos ofício à Reitora solicitando que conceda audiência à entidade e a beneficiários da ação, preferencialmente na semana de 5/10.

Na expectativa de que a Reitora aceite a proposta, indagamos: esta gestão vai tentar resgatar a credibilidade, dando satisfações aos beneficiários e cumprindo a sentença, ou continuará usando de protelações que explicitam seu desrespeito aos docentes e à justiça?

Reitora veta lista tríplice da EEL

A Escola de Engenharia de Lorena (EEL), unidade criada a partir da incorporação da Faenquil à USP, ocorrida em 2006, teve seu Regimento aprovado pelo Conselho Universitário no início de 2008. A partir de então se iniciou a institucionalização da Unidade, com a formação da sua Congregação, das comissões e conselhos departamentais. Depois desses passos iniciais, o processo natural foi providenciar a eleição do primeiro diretor.

Desde a sua criação, a EEL passa por grandes dificuldades em relação ao quadro de funcionários técnico-administrativos e docentes, que ainda não foi incorporado à USP e permanece vinculado à Secretaria de Desenvolvimento do Governo de São Paulo, “prestando serviços” à USP através de convênio. Tal arranjo causa enorme descontentamento entre os funcionários, especialmente entre os docentes.

A solução proposta pela unidade e pela própria Reitoria é a transferência da administração do Quadro de Servidores, juntamente com sua dotação orçamentária, para a administração da USP. “Entretanto, a execução da transferência tem sido um processo desgastante, demandando intenso trabalho de bastidores, que vem sendo coordenado pelo professor Nei Fernandes de Oliveira Junior, atual diretor *pro tempore*. Esse não é o único, mas sem dúvida é o principal motivo pelo qual a maior parte da comunidade da EEL entende que o professor Nei deva ser o diretor nesse momento”, afirma o professor Domingos Giordani.

Surpresa

O processo de elaboração da lista tríplice foi realizado dentro dos prazos regimentais. Mas, três dias antes da eleição, a Congregação da

EEL foi convidada para uma reunião com a secretária geral, Maria Fidela Navarro, e a procuradora-chefe da USP, Márcia Walquíria Batista dos Santos, que se deslocaram até Lorena e, para surpresa de todos, declararam que docentes com mais de 66 anos (caso do diretor *pro tempore*) não poderiam ser votados, porque não teriam tempo para cumprir os quatro anos de mandato, devido à aposentadoria compulsória.

Tal informação da Reitoria foi bastante questionada pelos membros da Congregação e, não tendo sido oficialmente confirmada, não surtiu efeito na eleição, que foi realizada em 24 de junho de 2009. Foram eleitos os professores Nei de Oliveira, em primeiro escrutínio, com 70% dos votos, e Francisco Antonio Rocco Lahr e José

Deodoro Trani Capocchi, em terceiro escrutínio.

A lista tríplice composta com esses nomes para a escolha do Diretor foi enviada para a reitora. Porém, prontamente foi recusada pelo Gabinete da Reitoria, que se baseou em parecer de 2008 segundo o qual professores com mais de 66 anos não são aptos a figurar em lista tríplice para dirigente de unidades, “por não atenderem aos interesses das unidades”, por não poderem cumprir o mandato de quatro anos integralmente.

A Congregação da EEL recorreu da decisão, alegando que o interesse da unidade não se baseia em tempo de mandato, mas nas ações do diretor durante o mandato, mesmo que não o cumpra integralmente. A reitora não acolheu o recurso e ratificou a de-

terminação para que a Congregação faça nova eleição.

“Ingerência”

Em dois momentos da atual administração, questão idêntica foi tratada de forma diversa. Inicialmente na FFLCH, quando o professor Gabriel Cohn foi nomeado pela reitora para dirigir a unidade quando já contava mais de 66 anos de idade. Em seguida, no Instituto de Relações Internacionais, onde a Reitoria determinou nova eleição, que foi recusada pela unidade, passando a vice-diretora a responder interinamente até hoje.

Dessa forma, a Congregação da EEL entendeu que a unidade está sofrendo enorme ingerência por parte da Reitoria, que transforma pareceres da Consultoria Jurídica em atos normativos segundo

sua conveniência, rompendo totalmente com o processo democrático de manifestação da vontade da unidade.

“A EEL entende que a reitora tem o direito estatutário de escolher qualquer nome da lista tríplice apresentada, o que por si já garante a ela o uso de seu julgamento para eliminar candidatos que não possuam requisitos que ela julgue importantes”, avalia o professor Giordani. Segundo o Estatuto da Universidade, o único requisito necessário para postular uma Diretoria de Unidade é ser professor titular, condição preenchida por todos os professores que compõem a lista tríplice.

Mais uma vez, a reitora demonstra não compreender o significado de gestão democrática de uma escola pública, como exige a Constituição Federal.

Fórum das Seis e Cruesp organizam debates sobre Ensino à Distância

Durante a Campanha de Data-Base, o Cruesp se comprometeu a constituir uma comissão conjunta com o Fórum das Seis, objetivando a organização de seminários para debater o ensino à distância. Após muita insistência por parte do Fórum das Seis, no dia 16/9 realizou-se a primeira reunião entre representantes das entidades e das três reitorias.

Os representantes das reitorias afirmaram que atuam academicamente, tanto no campo teórico da Educação à Distância (EàD), quanto na elaboração de modelos de EàD. No início da reunião, a conversa girou em torno da polarização entre ensino e educação à distância, do uso dos novos dispositi-

1ª Mesa: “EàD: Por que e para quem? Limites e Possibilidades”
21/10, das 14h00 às 18h00, em Bauru (Unesp)

2ª Mesa: “Faltam professores? Ensino à Distância é a solução?”
11/11, das 14h00 às 18h00, em Campinas (Unicamp)

3ª Mesa: “Como formar quadros para o país?”
02/12, das 14h00 às 18h00, em São Paulo (USP)

tivos tecnológicos na escola, sobre experimentos de EàD que estão sendo desenvolvidos, entre outros temas. Os representantes do Fórum das Seis afirmaram que nada têm a opor ao campo de pesquisa em EàD, entendendo que ele pode ser útil na oferta de cursos de extensão ou educação continuada,

mas se posicionaram contra a sua utilização na formação inicial de professores para a educação básica.

Posteriormente, caminhando para o entendimento de que explorar os pontos de vista contraditórios pode ser educativo, deliberou-se pela realização de três mesas, uma em cada universidade.

Ficou acertado também que as mesas serão transmitidas por vídeo-conferência, cabendo essa organização aos representantes das universidades. Nova reunião foi marcada para o dia 23/9, quando serão definidos os nomes dos debatedores convidados para cada uma das mesas.

Terceirização da rede pública de saúde em SP favorece fundações privadas e ameaça SUS

A Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp) aprovou, no dia 2/9, o Projeto de Lei Complementar 62/2008, que autoriza os hospitais públicos geridos por Organizações Sociais de Saúde (OSS) a destinarem 25% de seus leitos para pacientes particulares e de planos de saúde, mediante cobrança. O projeto, enviado pelo governador José Serra, permite que as OSS atuem em serviços de saúde já existentes — pela lei anterior, de 1998, a gestão por entidades privadas se restringia a hospitais novos. As áreas de cultura e esporte também foram incluídas no projeto, por meio de emendas.

“Este projeto é contrário aos princípios fundamentais do SUS, de universalidade e equidade no atendimento”, afirma o presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Saúde Pública do Estado de São Paulo (SindSaúde-SP), Benedito Augusto de Oliveira. Entendimento igual tem o Ministério Público do Estado (MPE), para quem a lei é inconstitucional e cria um tratamento diferenciado para pacientes pagantes. O MPE promete entrar com ações civis públicas contra os contratos de terceirização, caso a lei seja sancionada pelo governador José Serra, o que não havia ocorrido até o fechamento desta edição.

“Os hospitais têm um limite de atendimentos que podem realizar. Com a venda de 25% dos leitos para planos privados, pacientes do SUS estarão deixando de ser atendidos”, afirma o deputado Raul Marcelo, líder da bancada do PSOL — partido que, com PT e PCdoB, votou contra o projeto, somando 17 votos da Oposi-

ção contra 55 da bancada governista.

O deputado Adriano Diogo, da bancada do PT, chama a atenção para outro ponto: a permissão para fundações privadas “de apoio” a hospitais de ensino atuarem como OSS, desde que tenham no mínimo 10 anos de existência. “Esse é para mim o maior crime. Entidades como a Fundação Zerbin, que quase levou o Incor à falência, terão seus crimes perdoados”, diz o deputado, que critica o trâmite do PLC 62/2008. “Esse projeto já chegou na casa aprovado. Não seguiu o trâmite comum, com discussões e audiências públicas. Foi realizada apenas uma audiência, que foi uma mera formalidade para legitimar a aprovação”.

Falta de critérios

O professor Paulo Capel Narvai, da Faculdade de Saúde Pública da USP, critica a falta de transparência na habilitação e escolha das OSS com as quais o Estado firma parcerias. “Essas entidades são escolhidas sem qualquer processo licitatório e com critérios pouco claros. Muitas vezes se diz que os contratos são com instituições conhecidas, como universidades, mas na verdade são com fundações privadas com gestão pouco transparente”, afirma.

Outro problema é a ausência de critérios para fixar preços sobre os serviços contratados. “Como precificar o serviço que se está comprando? Um Estado que mal tem condições de fiscalizar o que está escrito em um contrato tem menos condições ainda de estabelecer preços justos pelos serviços que compra”, problematizou o presidente

do Tribunal de Contas do Estado, Edgard Camargo Rodrigues, em entrevista à *Folha de S. Paulo* publicada em 31/8/09.

A falta de transparência no uso de recursos públicos, devido à realização de compras sem licitação, e a não existência de mecanismos de participação e controle social nos serviços geridos por OSS também são alvo de críticas. “O SUS prevê a existência de conselhos gestores em todas as esferas de governo e em cada unidade de saúde. Esses conselhos são compostos por gestores, funcionários e usuários e efetivam a participação social e o controle público sobre a aplicação de recursos. Os serviços ge-

ridos pelo setor privado inviabilizam esses conselhos”, diz o professor Narvai.

Precarização

O SindSaúde-SP denuncia o processo de precarização dos contratos de trabalho que decorrerá da ampliação do modelo de gestão por OSS. “Com a contratação sem concurso público, os trabalhadores não têm estabilidade em seu cargos, aumenta a rotatividade e, portanto, piora a qualidade do atendimento à população”, afirma Oliveira. O professor Narvai é contundente: “A saúde é um direito, não é mercadoria. Os serviços públicos devem existir para resolver os problemas de saúde da população, através da prevenção

e do tratamento, não para a realização de negócios, a aplicação financeira e a reprodução de capital”.

O *Informativo Adusp* tentou ouvir a deputada Maria Lúcia Amary (PSDB), relatora do projeto e autora da emenda que criou o percentual de 25%. Sua assessoria limitou-se a enviar um texto no qual a deputada rebate as críticas que vem sendo feitas ao PLC 62/2008. “Não há privatização, em nenhuma hipótese”, assegura, pois “a gestão dos hospitais estaduais por entidades do terceiro setor não envolve lucro”, “o patrimônio continua a ser do Estado” e “a qualquer momento o governo pode substituir a entidade gestora”.

Professores da educação básica promovem ato em defesa do Piso Salarial Nacional

A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) realizou em Brasília, em 16/9, duas manifestações públicas em defesa da implantação da Lei 11.738, de julho de 2008, que instituiu o Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN). Um ato no auditório Petrônio Portela, do Senado, contou com a presença de representação da Adusp, do GTPE do Andes-SN e da diretoria do nosso Sindicato Nacional.

Em seguida, os representantes dos professores das redes públicas estaduais de todo o Brasil dirigiram-se para a frente do Supremo Tribunal Federal (STF) e realizaram novo ato público

com o objetivo de sensibilizar os ministros para que pautem e julguem o mérito da Ação Direta de Inconstitucionalidade 4.167, impetrada por cinco governadores de Estado (CE, MS, PR, RS e SC).

Relembrando...

Além de instituir o PSPN (de insuficientes R\$ 950!), a Lei 11.738 preservou “no mínimo 1/3 da jornada para as tarefas de (re)planejamento de atividades didáticas, atendimento de estudantes, correção de trabalhos escolares, reuniões pedagógicas e aperfeiçoamento docente, dentre outros afazeres que constituem parte substantiva da

docência” (*Informativo Adusp* 275 e 290). Liminar do STF em dezembro de 2008 suspendeu o segundo dispositivo.

De acordo com a CNTE, a “maioria dos estados e municípios não cumpre a lei do piso”, sendo que “a explicação mais plausível para o descumprimento integral ou parcial da lei do piso refere-se ao grau de compromisso dos gestores para com a educação e ao nível de transparência da gestão pública” (CNTE Notícias, setembro de 2009).

Espera-se que prevaleça o bom senso e que o Piso Salarial seja implementado em curto espaço de tempo.